

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.054.2016-20

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Pedido de Revisão

OBJETO: Pedido de Revisão da decisão contida no Acórdão n. 7.772/2012, exarada nos autos do Processo n. 12.858.2009-60-TCE/AC (Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Acre, exercício de 2008).

RESPONSÁVEL: José Ruy Coelho de Albuquerque

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.054/2016

PLENÁRIO

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA.

Tendo a multa aplicada, com fundamento no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, sido fixada considerando a gravidade das irregularidades constatadas em Prestação de Contas da Unidade e não tendo o Responsável se insurgido contra elas e nada demonstrado no intuito de saneá-las, é improcedente o Pedido de Revisão apresentado.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1) CONHECER** do Pedido de Revisão e, no mérito, julgá-lo improcedente, mantendo-se o Acórdão n. 7.772/2012 e **2) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 13 de outubro de 2016.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do MPE/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.054.2016-20

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Pedido de Revisão

OBJETO: Pedido de Revisão da decisão contida no Acórdão n. 7.772/2012, exarada nos autos do Processo n. 12.858.2009-60-TCE/AC (Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Acre, exercício de 2008).

RESPONSÁVEL: José Ruy Coelho de Albuquerque

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Trata-se de **PEDIDO DE REVISÃO**, proposto pelo **SR. JOSÉ RUY COELHO DE ALBUQUERQUE**, por seu Procurador Sr. José Ulineide Benigno Gomes, contra o ACÓRDÃO n. 7.772, de 31-05-2012, prolatado nos autos n. 12.858.2009-60, de relatoria da i. Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia, que se referiam à Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Acre, relativa ao exercício de 2008.

2. Este Tribunal de Contas decidiu, por unanimidade, o que segue:

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Aplicação de multa, com fulcro nos incisos II e III, do art. 89, da LCE nº 38/93. Instauração de tomada de contas especial. Descumprimento ao art. 2º, inciso I, da Resolução CFC nº 803/1996 (Código de Ética Profissional do Contador). Notificação. Remessa de cópia do apurado ao Ministério Público Estadual. Cientificação aos Conselhos Municipais de Saúde e Educação. Irregularidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: 1) aplicar multa, com fulcro nos incisos II e III, do art. 89, da LCE nº 38/93 ao Senhor José Ruy Coelho de Albuquerque, na qualidade de Prefeito de Porto Acre à época, no valor de R\$ 3.005,94 (três mil e cinco reais e noventa e quatro centavos), a ser recolhido em favor do Tesouro Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas; 2) registrar e instaurar tomada de contas especial, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 44, § 1º, da LCE nº 38/93, visando apurar o verdadeiro saldo financeiro no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008; 3) notificar a Senhora Mônica Argemiro de Lima, CRC/AC nº 001091/0-8, responsável técnico pela contabilidade da Prefeitura de Porto Acre à época, ao Conselho Estadual de Contabilidade pelo o descumprimento ao art. 2º, inciso I, da Resolução CFC nº 803/1996 (Código de Ética Profissional do Contador); 4) remeter cópia do apurado ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender adotar, ante as irregularidades praticadas e tipificadas nos arts. 359-B, 359-C e 359-F do Código Penal Brasileiro; e 5) cientificar aos Conselhos Municipais de Saúde e Educação pelo não cumprimento do disposto legal na aplicação dos recursos. O Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro divergiu no valor da multa, equivalente a R\$ 714,00

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

(setecentos e quatorze reais). Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento do processo. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias. (Destaquei)

3. O **RESPONSÁVEL** foi cientificado do teor da decisão acima em 11-06-2013 (fl. 327, dos autos originários) e protocolizou o presente Pedido de Revisão, em 25-04-2016, apenas solicitando a modificação do valor da multa imposta.
4. Processo distribuído em 12 de maio do ano em curso e em cumprimento ao despacho de fl. 12 foi encaminhado à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, que se manifestou por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO pela improcedência do Pedido de Revisão (fls. 14/16).
5. O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, em manifestação subscrita por seu i. Procurador-Chefe, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira, pronunciou-se pelo não conhecimento do Pedido de Revisão e, no mérito, pela improcedência do pedido (fl. 22).
6. É o Relatório.
7. Rio Branco, 13 de outubro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.054.2016-20

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Pedido de Revisão

OBJETO: Pedido de Revisão da decisão contida no Acórdão n. 7.772/2012, exarada nos autos do Processo n. 12.858.2009-60-TCE/AC (Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Acre, exercício de 2008).

RESPONSÁVEL: José Ruy Coelho de Albuquerque

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Trata-se de **PEDIDO DE REVISÃO**, proposto pelo **SR. SR. JOSÉ RUY COELHO DE ALBUQUERQUE**, por seu Procurador Sr. José Ulineide Benigno Gomes, contra o ACÓRDÃO n. 7.772/2012, prolatado na Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Acre, relativa ao exercício de 2008, no qual requer a modificação do valor da multa imposta, que foi de R\$ 3.005,94 (três mil e cinco reais e noventa e quatro centavos).

2. Em juízo de admissibilidade, verifica-se que o presente PEDIDO DE REVISÃO não preenche as hipóteses de cabimento descritas no artigo 70, da Lei Complementar Estadual n. 38/93¹, não sendo hábil, portanto, rever o decidido por este Tribunal de Contas, pelo que deve ser extinto, sem resolução de mérito, consoante já decidido nos autos n. 20.071.2015-90², uma vez que embora não tenha sido oportunizada a adequação do pedido, o que se observa, pela completa ausência de argumentos

¹ Art. 70 - De decisão definitiva caberá pedido de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto por escrito pelo responsável, junto ao Tribunal, dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados na forma prevista no inciso III do art. 65 desta lei, e fundar-se-á: (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 48, de 13 de dezembro de 1995.)

I - em erro de cálculo nas contas;

II - em demonstração financeira inexata ou contraditória;

III - em falsidade ou ineficácia de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida;

IV - em comprovação da antecipada liquidação do débito;

V - na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida e capazes de ilidir os fundamentos da decisão;

VI - em errônea identificação ou individualização do responsável;

VII - omissão ou erro de classificação de qualquer verba;

² "ACOLHEU-SE, À UNANIMIDADE, O VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA, PELA **EXTINÇÃO** DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO IV DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, APLICÁVEL SUBSIDIARIAMENTE CONFORME O ESTABELECIDO NO ARTIGO 172, DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE DE CONTAS".

Processo TCE n.º 22.054.2016-20

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

para modificar o julgado, é que o pedido foi apresentado ignorando o disposto na Lei Orgânica desta Corte, não restando outra decisão senão o arquivamento dos autos.

3. Acaso o Plenário entenda possível o conhecimento do presente Pedido de Revisão, verifica-se que a multa imposta com fundamento no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, o foi em razão da: **a)** não comprovação do saldo financeiro do exercício; **b)** insuficiência de saldo financeiro para cobertura dos restos a pagar; **c)** não aplicação dos recursos no FUNDEB, consoante o artigo 60, § 5º, do ADCT; **d)** descumprimento do artigo 77, III, do ADCT (gastos com saúde); **e)** divergências nos Balanços Financeiro e Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outras inconformidades contábeis e **f)** infringência ao artigo 29-A, *caput*, I, da Constituição Federal.

4. O valor da multa foi fixado levando-se em conta as graves irregularidades apontadas e contra estas o Responsável não se insurgiu e nada apresentou objetivando saneá-las, de modo que resta clara a improcedência do presente Pedido de Revisão, até porque o montante definido está de acordo com a jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdãos n.ºs 7.291, de 26-05-2011³ e 7.345, de 04-08-2011⁴).

³ Tomada de Contas. Apurar responsabilidade. Prefeito Municipal. Aplicação de multa ao responsável com fulcro no inciso II, do art. 89, da LCE nº 38/93. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, aplicar multa ao Senhor Raimundo Ferreira Pinheiro, na qualidade de Prefeito do Município de Feijó, com fulcro no inciso II, do art. 89, da LCE nº 38/93, no valor de R\$ 3.005,94 (três mil, cinco reais e noventa e quatro centavos), a ser recolhido em favor do Tesouro do Estado do Acre, no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas, por estar caracterizada grave infração à norma legal em razão do Gestor não ter encaminhado a este Tribunal de Contas o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Prefeitura Municipal de Feijó, relativo ao 4º bimestre de 2010. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento do processo. (Processo nº 14.408.2010-60-TCE. RELATORA: Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos)

⁴ Prestação de Contas. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Acre. Infração à Lei Federal nº 8.666/93. Irregularidade. Aplicação de multa aos responsáveis. Comunicação. Cientificação ao Senhor Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa. Remessa de cópia do apurado ao Ministério Público Estadual. Arquivamento do processo. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, considerar irregular a Prestação de Contas da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Acre - FADES, exercício orçamentário e financeiro de 2009, de responsabilidade dos Senhores Luiz Carlos Simão Paiva e Ary Fecury da Silva – Diretor-Presidente e Diretor Executivo, respectivamente, à época, com fulcro no inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, por infração à Lei Federal nº 8.666/93; 2) aplicar multa, individualizada, no valor de R\$ 3.005,94 (três mil, cinco reais e noventa e quatro centavos), aos gestores, prevista no art. 89, incisos I e II, da LCE nº 38/93, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres públicos estaduais, de tudo dando ciência a esta Corte; 3) comunicar o apurado desta decisão aos Senhores Luiz Carlos Simão Paiva e Ary Fecury da Silva, principais responsáveis pela FADES; 4) dar ciência ao Senhor Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do resultado desta decisão; e 5) remeter cópia do apurado ao Ministério Público Estadual para as providências legais que entender adotar. Divergiu em parte o Conselheiro Antonio

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

5. Ante o exposto, voto:

5.1 Preliminarmente, pelo não conhecimento do Pedido de Revisão, extinguindo-o, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, IV, do Novo Código de Processo Civil⁵, aplicável subsidiariamente conforme o estabelecido no artigo 172, do Regimento Interno desta Corte de Contas⁶;

5.2 No mérito, pela improcedência do Pedido de Revisão, mantendo-se o Acórdão n. 7.772/2012;

5.3 Após as formalidades de estilo, pelo **ARQUIVAMENTO** dos autos.

6. É como Voto.

7. Rio Branco, 13 de outubro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Cristovão Correia de Messias, que votou pela aplicação de multa no valor de R\$ 714,00. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento do processo. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antônio Jorge Malheiro. (Processo nº 13.929.2010-00-TCE. RELATORA: Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos)

⁵ “Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;”

⁶ “Art. 172 - Nos casos omissos e quando cabível, em matéria processual, aplicar-se-ão subsidiariamente às normas do presente Regimento, as disposições do Código de Processo Civil, o Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.”

Processo TCE n.º 22.054.2016-20

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.054.2016-20

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Pedido de Revisão

OBJETO: Pedido de Revisão da decisão contida no Acórdão n. 7.772/2012, exarada nos autos do Processo n. 12.858.2009-60-TCE/AC (Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Acre, exercício de 2008).

RESPONSÁVEL: José Ruy Coelho de Albuquerque

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.259ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de outubro do corrente ano. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Valmir Gomes Ribeiro, Antônio Jorge Malheiro, Antônio Cristóvão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro e Dulcinéia Benício de Araújo**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 26)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora